

# ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

## ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Chefe de Estado e de Governo:

**Barack H. Obama (substituiu  
George W. Bush em Janeiro)**

Pena de morte:

**retencionista**

População:

**314,7 milhões**

Esperança média de vida:

**79,1 anos**

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

**7/8 por 1000**

Cento e noventa e oito prisioneiros continuavam detidos no centro de detenção de Guantánamo no final de 2009, apesar da promessa da nova administração de encerrar as instalações até 22 de Janeiro de 2010. Foram iniciadas revisões executivas dos processos para determinar quais os detidos que podiam ser libertados, julgados ou transferidos para outros países. No final do ano, a maior parte dos detidos de Guantánamo que foram alvo de pedidos de habeas corpus ainda aguardavam pela decisão do seu caso. Pelo menos cinco detidos foram remetidos para julgamento nas comissões militares revistas, e outro foi transferido para a jurisdição dos tribunais federais. Emergiram mais pormenores sobre as torturas e outras formas de maus-tratos a que foram sujeitos os suspeitos detidos ao abrigo do programa de detenções secretas da Agência Central de Informações (CIA), que foi encerrado pelo presidente Obama.

Mantiveram-se as preocupações relativamente às condições nas prisões e centros de detenção de imigrantes. O isolamento por períodos prolongados de milhares de reclusos em prisões de segurança super-máxima continuava a ficar aquém dos padrões internacionais. Dezenas de pessoas morreram após terem sido atingidas por tasers (armas de choques eléctricos) da polícia. Pelo menos 105 pessoas foram condenadas à morte e 52 foram executadas durante o ano.

As mulheres pertencentes a minorias raciais, étnicas ou nacionais tinham mais possibilidades de morrer durante a gravidez e no parto do que as mulheres de outros sectores da população, reflectindo as disparidades existentes na prestação de cuidados de saúde por causa da pobreza e da raça.

## Contra-terrorismo e justiça

### Detenções em Guantánamo

Em Janeiro, a detenção por tempo indeterminado e sem culpa formada de cidadãos estrangeiros designados como "combatentes inimigos" na Baía de Guantánamo, em Cuba, entrou no seu oitavo ano. A 22 de Janeiro, o presidente Obama assinou uma ordem executiva para o encerramento do centro de detenção no prazo de um ano. Obama ordenou uma revisão executiva dos processos para determinar quais os detidos que podiam ser libertados ou julgados e apurar que outros "meios legais" existiam para tratar os casos dos indivíduos que não podiam ser julgados pelas autoridades norte-americanas nem transferidos para outros países.

As autoridades norte-americanas continuaram a recusar a libertação em território dos EUA de qualquer detido de Guantánamo que não pudesse ser repatriado para o país de origem. Em Fevereiro, o Tribunal de Recurso anulou a ordem de 2008 de um juiz federal que autorizara a libertação nos EUA de 17 uigures detidos sem culpa formada em Guantánamo desde 2002 e que não podiam ser repatriados para a China. Em Junho, quatro dos detidos foram transferidos para as Bermudas, e em Outubro outros seis foram libertados em Palau.

A 18 de Novembro, o presidente Obama reconheceu que o prazo para o encerramento do centro de detenção não seria cumprido. No final do ano, 198 detidos permaneciam em Guantánamo. Quarenta e nove detidos foram transferidos para fora da base durante o ano de 2009. Um cidadão iemenita, Mohammad al Hanashi, morreu em Guantánamo em Junho, elevando para cinco o número de detidos que alegadamente se suicidaram na base.

### **Comissões militares**

Em Outubro, na sequência da revisão das várias opções legais para julgar os detidos de Guantánamo, o presidente Obama promulgou a Lei de Autorização de Defesa Nacional de 2010, que incluía a Lei das Comissões Militares de 2009 (MCA), a qual emendava as provisões da anterior MCA, aprovada três anos antes.

Em Novembro, o Procurador-Geral anunciou que o Departamento de Justiça ia remeter cinco detidos de Guantánamo para julgamento perante as comissões militares.

■ O cidadão canadiano Omar Khadr continuava sob custódia dos EUA no final do ano, e enfrentava um julgamento perante uma comissão militar, por causa de um crime que cometeu quando tinha 15 anos.

### **Transferências para os tribunais federais**

■ Em Junho, Ahmed Khalfan Ghailani, detido em segredo sob custódia dos EUA durante dois anos antes de ser transferido para Guantánamo em 2006, foi transferido para Nova Iorque para ser julgado por um tribunal federal, por acusações relacionadas com os atentados de 1998 contra as embaixadas dos EUA na Tanzânia e no Quênia.

■ Em Novembro, o Procurador-Geral Eric Holder anunciou que cinco detidos de Guantánamo, que anteriormente enfrentavam julgamento perante as comissões militares – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, ‘Ali ‘Abd al-‘Aziz e Mustafa al Hawsawi –, seriam transferidos para os EUA e julgados num tribunal federal, por acusações relacionadas com os ataques de 11 de Setembro de 2001 contra os EUA. Os cinco homens ainda se encontravam detidos em Guantánamo no final do ano.

■ Em Março, Ali Saleh Kahlah al-Marri, um cidadão do Qatar detido desde Junho de 2003 sob custódia militar nos EUA, foi transferido para a custódia civil para ser julgado num tribunal federal. Declarou-se culpado pela acusação de "conspirar para providenciar apoio material e recursos a uma organização terrorista estrangeira" e foi condenado a 100 meses de prisão. O juiz reduziu a sentença em nove meses "para reflectir as condições muito severas" em que Ali al-Marri esteve detido entre 23 de Junho de 2003 e o final de 2004.

### **Processos de habeas corpus para os detidos de Guantánamo**

Até ao final do ano, 18 meses depois de o Supremo Tribunal ter decidido no caso *Boumediene v. Bush* que os detidos de Guantánamo tinham "direito a um processo imediato de habeas corpus" para contestar a legalidade da sua detenção, a maior parte dos que apresentaram aquele pedido ainda não tinham sido ouvidos. Na maioria dos casos em que houve uma decisão sobre o pedido, a detenção foi considerada ilegal. Alguns detidos que receberam esta decisão continuavam a enfrentar a detenção em Guantánamo por tempo indefinido.

Em Novembro, o Procurador-Geral afirmou numa audiência do Senado que existia a possibilidade de, uma vez terminado o processo de revisão dos casos dos detidos de Guantánamo, poderem existir vários detidos que a Administração iria tentar continuar a manter sob custódia sem culpa formada, ao abrigo das "leis da guerra".

### **Detenções em Bagram, Afeganistão**

O exército dos EUA continuou a manter sob custódia centenas de detidos, incluindo vários menores, sem acesso a advogados ou aos tribunais na base aérea de Bagram, no Afeganistão (ver também a entrada do Afeganistão). Prosseguia num tribunal federal dos EUA o litígio

referente à possibilidade de os detidos de Bagram terem acesso aos tribunais dos EUA, para contestarem a legalidade da sua detenção.

A 2 de Abril, um juiz federal decidiu que três dos quatro detidos de Bagram, cujos pedidos de habeas corpus apreciou, podiam contestar a sua detenção. Os três não eram cidadãos afegãos, enquanto o quarto era afegão. Em Setembro, o governo recorreu desta decisão com base na Autorização para o Uso de Força Militar (AUMF), uma resolução vaga aprovada pelo Congresso imediatamente após os ataques de 11 de Setembro de 2001. O recurso encontrava-se pendente no final do ano.

### **Programa de detenções secretas da CIA**

Em Abril, o Director da Agência Central de Informações (CIA) confirmou que, de acordo com uma ordem executiva sobre interrogatórios assinada pelo presidente Obama a 22 de Janeiro, a CIA deixou de usar "técnicas melhoradas de interrogatório" ou de operar "instalações de detenção ou locais negros". Confirmou ainda que a CIA mantinha a autoridade para deter indivíduos "por curtos períodos de tempo".

Em Abril, a administração divulgou publicamente quatro memorandos emitidos pelo Departamento de Justiça entre 2002 e 2005, concedendo aprovação legal para várias "técnicas melhoradas de interrogatório" contra os suspeitos detidos em segredo sob custódia da CIA. As técnicas incluíam nudez forçada, privação de sono prolongada e "water-boarding" (afogamento simulado). Entre outras coisas, os memorandos revelaram que Abu Zubaydah, objecto do memorando de 2002, tinha sido sujeito a "water-boarding" mais de 80 vezes em Agosto de 2002, e que Khaled Sheikh Mohammed o tinha sido 183 vezes em Março de 2003. O presidente Obama e o Procurador-Geral Holder frisaram que quem tivesse cumprido "de boa fé" as recomendações feitas pelos memorandos não seria julgado.

Em Agosto vieram a público mais pormenores sobre as torturas e outras formas de maus-tratos a que estiveram sujeitos os suspeitos detidos no programa da CIA. O Procurador-Geral Holder anunciou uma "revisão preliminar" para apurar se "as leis federais foram violadas no contexto dos interrogatórios de determinados detidos em locais no estrangeiro".

A administração opôs-se à divulgação de pormenores adicionais sobre o tratamento de detidos no âmbito do programa da CIA por razões de segurança nacional.

### **Interrogatório de detidos e política de transferências**

Em Agosto, o Grupo de Trabalho Especial para as Políticas de Interrogatório e Transferência, criado ao abrigo da ordem executiva sobre interrogatórios de 22 de Janeiro, entregou as suas recomendações ao presidente. Estas incluíam a criação de um Grupo de Interrogatório de Detidos de Elevada Importância e directivas para os interrogadores militares e de outras agências.

### **Impunidade e falta de reparação**

Prosseguiu a impunidade e a falta de reparação para as violações dos direitos humanos cometidas durante aquilo a que a administração Bush chamou a "guerra contra o terrorismo".

Em Janeiro, a Autoridade Convocatória das comissões militares, Susan J. Crawford, revelou ter anulado em 2008 as acusações contra o detido de Guantánamo Mohamed al-Qahtani, porque ele fora torturado sob custódia dos EUA. Até ao final do ano não tinha sido aberta qualquer investigação ao caso.

Numa inversão de política, a nova administração tomou medidas para bloquear a publicação de várias fotografias sobre os abusos de prisioneiros sob custódia dos EUA no Afeganistão e

no Iraque. Em Outubro, nova legislação concedeu ao Pentágono autoridade para eliminar fotografias consideradas prejudiciais à segurança nacional.

A 4 de Novembro, em Milão, Itália, 22 agentes ou responsáveis da CIA e um militar norte-americanos foram condenados pelo seu envolvimento no sequestro de Usama Mostafa Nasr (Abu Omar), que foi raptado em Milão e transferido para o Egipto, onde foi alegadamente torturado. Os agentes e responsáveis norte-americanos foram julgados à revelia.

### **Tortura e outras formas de maus-tratos – armas de choques eléctricos**

Pelo menos 47 pessoas morreram após terem sido alvejadas pela polícia com tasers, elevando para mais de 390 o número destas mortes desde 2001. Entre as vítimas estavam três adolescentes desarmados envolvidos em incidentes menores e um homem aparentemente saudável, que foi sujeito a choques eléctricos durante 49 segundos pela polícia em Fort Worth, Texas, em Maio. Estes e outros casos reforçaram as preocupações relativamente à segurança e uso apropriado destas armas.

■ Brett Elder, de 15 anos, morreu em Bay City, Michigan, em Março, após ter sido atingido com um taser por agentes policiais, chamados por causa de uma denúncia de comportamento tumultuoso durante uma festa. O médico legista afirmou que o rapaz, de baixa estatura, morreu devido a transtorno delirante induzido pelo álcool, e que os choques do taser contribuíram para a sua morte.

### **Condições nas prisões**

Milhares de prisioneiros foram detidos durante períodos prolongados em prisões de segurança super-máxima nos EUA, onde as condições ficavam, em muitos casos, aquém dos padrões internacionais de tratamento humano.

■ Dezenas de prisioneiros na prisão CMAX de Tamms, no Illinois – muitos deles deficientes mentais – estavam há mais de 10 anos confinados em celas de solitária durante 23 horas por dia, sem tratamento adequado ou revisão do seu estatuto. Os prisioneiros não tinham programas laborais, educativos ou recreativos e tinham contacto reduzido com o mundo exterior. Em Setembro, na sequência de apelos da comunidade e de grupos de defesa dos direitos humanos, o novo Director dos Serviços Correccionais introduziu um plano de reforma de 10 pontos, o qual incluía Audiências de Revisão e Transferência para todos os casos, maior acompanhamento dos casos de saúde mental e a possibilidade de os reclusos realizarem testes de Desenvolvimento Educativo Geral (educação básica).

Em Outubro, um tribunal federal de recurso considerou que a protecção constitucional contra o acorrentamento de reclusas grávidas durante o parto tinha sido claramente definida pelas decisões do Supremo Tribunal e dos tribunais inferiores.

### **Migrantes e requerentes de asilo**

Dezenas de milhar de migrantes, incluindo requerentes de asilo, foram rotineiramente detidos, em violação dos padrões internacionais. Muitos foram detidos em condições duras e não tinham acesso a cuidados de saúde, exercício e assistência legal. Em Agosto, o governo anunciou várias propostas de alteração, incluindo o reforço da supervisão federal das instalações de detenção de imigrantes e a consulta de alternativas à detenção. Contudo, declinou tornar legalmente vinculativos os padrões nacionais de regulamentação das condições de detenção.

Em Maio, o Relator Especial da ONU para as execuções extrajudiciais, sumárias e arbitrarias manifestou a sua preocupação relativamente à morte de migrantes sob custódia da Agência de Imigração e Alfândega (ICE) devido à inexistência de cuidados médicos adequados. Ele

descobriu que tinham ocorrido mais mortes que as 74 oficialmente registadas desde 2003, e exortou o ICE a reportar imediatamente e de forma pública todas as mortes sob custódia e a investigar a fundo cada uma delas.

### **Saúde e direitos reprodutivos**

Em Maio, o Dr. George Tiller foi morto a tiro em Wichita, Kansas, por um activista antiaborto. O Dr. Tiller tinha sido alvo de uma série de ameaças e ataques por realizar legalmente abortos já num estado avançado da gestação a mulheres cuja gravidez representasse um grave risco para a sua saúde ou cujo feto não fosse viável. Após o homicídio do Dr. Tiller, o governo federal reforçou a protecção de outros médicos que realizavam abortos. Contudo, as ameaças e as perseguições contra médicos e clínicas continuaram.

### **Direito à saúde – mortalidade materna**

O número de mortes evitáveis causadas por complicações relacionadas com a gravidez continuou a ser elevado, custando a vida a centenas de mulheres durante o ano. Havia desigualdades no acesso aos cuidados de saúde materna relacionadas com o rendimento, raça, etnia ou origem nacional da mãe, com as mulheres afro-americanas a terem quatro vezes mais probabilidades de morrer de complicações relacionadas com a gravidez do que as mulheres brancas. No início de 2009, cerca de 52 milhões de pessoas com menos de 65 anos não tinham seguro de saúde, uma subida relativamente ao ano anterior.

### **Embargo comercial a Cuba**

O presidente Obama levantou algumas restrições às viagens para Cuba, permitindo aos cubano-americanos visitarem os familiares em Cuba e enviar dinheiro para casa. No entanto, o presidente prolongou o embargo comercial contra Cuba em vigor há 47 anos, que limitava o acesso dos cubanos a medicamentos, colocando em risco a saúde de milhões de pessoas (ver entrada de Cuba).

### **Objectores de consciência**

Em Agosto, o sargento do exército norte-americano Travis Bishop foi condenado a um ano de prisão por recusar servir no Afeganistão, por causa das suas crenças religiosas. O seu pedido de concessão do estatuto de objector de consciência continuava pendente quando ele foi levado a tribunal marcial. Ele é um de vários militares norte-americanos condenados a penas de prisão nos últimos anos por se recusarem a servir no Iraque e no Afeganistão.

### **Julgamentos injustos**

Em Agosto, a Comissão de Liberdade Condicional dos EUA recusou a saída da prisão em liberdade condicional de Leonard Peltier, apesar das preocupações relacionadas com a justiça da sua condenação por homicídio em 1977. O antigo activista do Movimento Índio Americano passou mais de 32 anos na prisão pelo homicídio de dois agentes do Gabinete Federal de Investigação (FBI) em Junho de 1975.

Em Junho, o Supremo Tribunal dos EUA recusou apreciar o pedido de recurso contra a condenação em 2001 de cinco homens acusados de serem agentes do governo cubano e crimes relacionados. Em Maio de 2005, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária considerara que a sua prisão era arbitrária, porque não tinham tido direito a um julgamento justo.

## Pena de morte

Cinquenta e duas pessoas foram executadas ao longo do ano, elevando para 1188 o número total de pessoas executadas desde que o Supremo Tribunal dos EUA levantou a moratória à pena de morte em 1976 e permitiu o reinício das execuções a partir de Janeiro de 1977.

Em Setembro, o estado do Ohio tentou, sem êxito, executar Romell Broom, um afro-americano de 53 anos. A equipa encarregada de administrar a injeção letal passou duas horas a tentar encontrar uma veia adequada, antes de desistir. Em Novembro, as autoridades estaduais anunciaram a decisão de passar a usar apenas uma substância química nas injeções letais, em vez das três usadas até então. A 8 de Dezembro, o estado do Ohio executou Kenneth Biros utilizando o mesmo método.

O estado do Texas executou 24 pessoas durante o ano, e em Junho levou a cabo a sua 200ª execução sob o actual governador, Rick Perry. Durante o ano, o governador Perry enfrentou fortes críticas por causa do caso de Cameron Willingham, que foi executado no Texas em 2004. Continuaram a surgir pormenores que indicavam que as mortes por fogo posto pelas quais foi condenado poderiam ter sido causadas por um incêndio accidental.

Nove pessoas foram libertadas do corredor da morte durante o ano por estarem inocentes, elevando para mais de 130 o número desde casos desde 1976.

Em Março, o estado do Novo México tornou-se o 15º estado norte-americano abolicionista ao ser promulgada pelo governador uma lei que abolia a pena de morte.

## Relatórios da Amnistia Internacional

📖 EUA: Promessa de verdadeira mudança – As ordens executivas do presidente Obama sobre detenções e interrogatórios (AMR 51/015/2009)

📖 EUA: Fora da vista, fora da mente, fora do tribunal? O direito dos detidos de Bagram à revisão judicial (AMR 51/021/2009)

📖 EUA: Direito a um remédio efectivo – Administração deve libertar os uigures de Guantánamo nos EUA já (AMR 51/023/2009)

📖 EUA: Etiqueta diferente, a mesma política? Administração deixa cair classificação de "combatente inimigo" nos processos de Guantánamo, mas mantém enquadramento das leis de guerra para as detenções (AMR 51/038/2009)

📖 EUA: Detidos continuam a pagar o custo dos atrasos e da falta de reparação: Revisão judicial mínima para os detidos de Guantánamo 10 meses após o caso *Boumediene* (AMR 51/050/2009)

📖 EUA: Demasiada crueldade, muito pouca clemência: Texas aproxima-se da 200ª execução sob o actual governador (AMR 51/057/2009)

📖 EUA: Tribunal federal rejeita invocação governamental do "privilégio de segredo de Estado" no caso das rendições da CIA (AMR 51/058/2009)

📖 EUA: "Inconsciente e inconstitucional": Troy Davis enfrenta a quarta data de execução em dois anos (AMR 51/069/2009)

📖 EUA: Tentativa e erro: Terceira tentativa na distorcida experiência das comissões militares, AMR 51/083/2009

📖 EUA: De pés e mãos atados. A ausência de medidas efectivas de compensação para abusos relacionados com o contra-terrorismo (AMR 51/120/2009)